POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

GABARITO

EAP/2009 - 1º SGT QPPM

1ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	21ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	22ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	23ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	24ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
5ª QUESTÃO	**A**	B	C	D	25ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
6ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	26ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	27ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
8ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	28ª QUESTÃO	A	B	C	**D**
9ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	29ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
10ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	30ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
11ª QUESTÃO	**A**	B	C	D	31ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
12ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	32ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	33ª QUESTÃO	A	B	C	**D**
14ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	34ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
15ª QUESTÃO	**A**	B	C	D	35ª QUESTÃO	A	B	C	**D**
16ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	36ª QUESTÃO	A	B	C	**D**
17ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	37ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	38ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	39ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	40ª QUESTÃO	A	B	**C**	D

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2009

(a)FRANCISCO DE ASSIS LEAL DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CRS

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPPM / 2009

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

1ª QUESTÃO – Sobre a Lei nr 4898/65 é CORRETO afirmar:

A. ( ) Quando o servidor militar for condenado judicialmente pelo crime de abuso de autoridade não poderá ser sancionado administrativamente.

B. ( ) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de 01 (um) a 05 (cinco) anos.

C. ( ) Nos casos em que ocorrerem concomitantemente processo administrativo e processo penal sobre crime previsto na Lei 4898/65 poderá o processo administrativo ser sobrestado com o objetivo de ser aguardar a decisão da ação penal.

D. ( ) O direito de representação será exercido por meio de petição dirigida à autoridade superior ou não do servidor, seja civil ou militar que tiver cometido o abuso.

2ª QUESTÃO – Em relação a Lei 9455/97 que define os crimes de tortura, é CORRETO afirmar:

A. ( ) É cabível fiança para os crimes de tortura, nos casos em que for verificada a presença de fatores atenuantes na conduta praticada.

B. ( ) O cumprimento da pena será, integralmente, em regime fechado, sendo ainda o condenado insuscetível de graça ou anistia.

C. ( ) A condenação por crime de tortura, além da pena de reclusão, acarretará a perda de função.

D. ( ) Somente o servidor público civil ou militar pode ser agente do crime de tortura.

3ª QUESTÃO – A Lei 8429, de 02 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Sobre a referida Lei é CORRETO afirmar:

A. ( ) A aplicação das sanções depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

B. ( ) No caso de enriquecimento ilícito, o agente público ou terceiro beneficiário perderá todos os seus bens.

C. ( ) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário somente a ação ou omissão dolosa do agente público.

D. ( ) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.

4ª QUESTÃO – Leia atentamente as assertivas abaixo. A seguir, assinale a alternativa CORRETA, sobre quais situações constituem **ato de improbidade administrativa, em conformidade com a Lei 8429/92**:

I – Sargento Fulano escalado no 4/1 turno, no radiopatrulhamento, por volta das 20:00 horas pára em um restaurante no intuito de efetuar refeição. Ao perguntar ao proprietário quanto ao valor do marmitex é informado por este que por se tratarem de policiais militares naquele estabelecimento não precisariam efetuar o pagamento, motivo pelo qual chama o seu motorista e juntos efetuam a refeição naquele estabelecimento. Ao término agradecem ao proprietário e saem sem fazer o pagamento.

II – O Sargento Sabe Tudo, Comandante de Destacamento, dispensa o Cb PM Voluntário do serviço em que estava escalado, para que este auxilie na construção do muro de sua residência.

III – O Sargento Esperto, Comandante de Destacamento, é procurado pelo Sr. Bom de Prosa, proprietário de casa de "jogo de bicho", que lhe oferece a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) por mês para que não haja fiscalização em seu estabelecimento.

A. ( ) somente as assertivas I e II.
B. ( ) somente as assertivas I e III.
C. ( ) somente as assertivas II e III.
D. ( ) todas as assertivas.

5ª QUESTÃO – O exercício dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa devem ser garantidos ao sindicado/comunicado/acusado nos Processos Administrativos. A respeito das orientações contidas na Instrução n. 01 da Corregedoria da Polícia Militar, é CORRETO afirmar:

A. ( ) O militar sindicado pode se recusar a realizar sua defesa, mantendo-se em silêncio ou revel, ou escudando-se em mentiras, mas, por dever disciplinar e hierárquico, não pode desobedecer à ordem legal de comparecer ao local e na hora indicados pelo Sindicante, exceto se por motivo justificado.

B. ( ) É obrigatória a constituição de advogado, para apresentação das razões escritas de defesa pelo Sindicado, haja vista que não podem ser apresentadas, diretamente, pelo próprio militar sindicado.

C. ( ) O sindicado poderá requerer diligências depois de apresentada as razões escritas de defesa, mesmo que injustificada, haja vista seu direito de defesa.

D. ( ) O sindicante não precisa abrir nova vista ao militar sindicado, quando foi produzida prova depois de recebidas as razões escritas de defesa, quando foi o próprio militar que requereu a diligência.

6ª QUESTÃO – O Policial Militar é servidor investido pelo Estado do Poder de Polícia, e dentre seus deveres constitucionais está o de manter a ordem pública e a incolumidade das pessoas, zelando pelo bem estar de toda a sociedade. Segundo Ricardo Balestreri "O impacto sobre a vida de indivíduos e comunidades, exercido por um policial qualificado, é pois, sempre um impacto extremado e simbolicamente referencial para o bem ou para o mal-estar da sociedade."

Com base na influência do comportamento do Policial Militar na sociedade, sobre as infrações de pequeno potencial ofensivo é CORRETO afirmar:

A. ( ) A missão da Polícia Militar, a produção de segurança pública, a qualidade do serviço e, por conseguinte, a credibilidade da Instituição junto à comunidade não ficarão prejudicados com o cometimento de pequenas transgressões disciplinares, haja vista que não são perceptíveis à ordem constituída.

B. ( ) O militar deve, não só no desempenho de suas atividades públicas, como em outras, conduzir-se de modo impecável, evitando-se o cometimento de transgressões, mesmo as consideradas menores, os maus costumes e os maus hábitos que possam influir negativamente na comunidade e na Instituição.

C. ( ) As transgressões de pequeno potencial ofensivo, embora passíveis de enquadramentos, conforme estabelece o Código de Ética e Disciplina dos Militares – CEDM – Lei n 14.310, de 19Jun02 – não merecem a prevenção e a tomada de medidas corretivas disciplinares, com o rigor e atenção que são dispensadas às transgressões disciplinares de natureza grave.

D. ( ) O militar, integrante da Polícia Militar de Minas Gerais, é um cidadão qualificado e diante de um comportamento errado, desde que pequeno, não causa reprovação pela sociedade.

7ª QUESTÃO – Sobre a requisição de militares para apresentação na Justiça é CORRETO afirmar:

A. ( ) Em caso de férias, o militar requisitado não é obrigado a comparecer em juízo bastando cientificar o juiz de sua situação, não podendo ser cassada suas férias por este motivo, mesmo que o juiz se manifeste que não poderá adiar a audiência.

B. ( ) O Juízo requisitante não precisa ser comunicado sobre a impossibilidade do atendimento da requisição do militar para ser ouvido, caso sua ausência esteja justificada.

C. ( ) Tanto na Capital como no interior as requisições devem ser encaminhadas para a Corregedoria da Polícia Militar, a fim de identificar o militar requisitado e remeter a requisição para a Unidade de origem, ficando esta encarregada de notificá-lo.

D. ( ) O não-cumprimento de requisições poderá imputar responsabilidades penais e administrativas tanto para o servidor requisitado, quanto para o comandante, diretor ou chefe que integram a administração militar.

8ª QUESTÃO - Em conformidade com o entendimento doutrinário emanado pela Instrução de Corregedoria nº 01/05-CPM é correto afirmar que a absolvição criminal somente elidirá a punição (sanção administrativa) nos seguintes casos:

A. ( ) negativa de autoria e insuficiência de prova.
B. ( ) negativa de autoria e inexistência do fato.
C. ( ) estar extinta a punibilidade e insuficiência de prova.
D. ( ) existir qualquer circunstância de exclusão de ilicitude e obediência à ordem legal .

9ª QUESTÃO – Sobre o Conselho de Ética e Disciplina da Unidade (CEDMU) é CORRETO afirmar:

A. ( ) O CEDMU atuará com a totalidade de seus membros e deliberará por maioria de votos, devendo o membro vencido justificar de forma objetiva o seu voto. Salienta-se que a votação inicia-se pelo militar de maior posto ou graduação, ou seja, o presidente do Conselho.

B. ( ) O procedimento administrativo, cujo encarregado, após a apresentação das razões escritas de defesa, conclua que não há transgressão disciplinar a punir, não será necessário ser analisado pelo CEDMU.

C. ( ) A função precípua do CEDMU é o assessoramento ao Comando nos assuntos de que trata o CEDM. Assim, deve o Conselho inteirar-se das normas reguladoras e procurar cumprir bem o seu encargo, sob pena de seus membros serem responsabilizados por desídia (transgressão disciplinar do inciso II do art. 14 do CEDM).

D. ( ) Durante a audiência do CEDMU, que tem caráter público, é permitida a livre manifestação por parte de militar que não fizer parte do Conselho.

10ª QUESTÃO – Está CORRETA a seguinte definição adotada pela Resolução 3854/06, que disciplina o emprego da informática e utilização dos equipamentos e da infra-estrutura da informação na PMMG:

A. ( ) Zwork – Sistema de mensagens utilizado na Intranet PM , que tem a função exclusiva de possibilitar o envio e o recebimento de mensagens entre militares da ativa da Polícia Militar.
B. ( ) Redes – conjunto de computadores interligados, de modo a permitir aos usuários o compartilhamento de programas e arquivos.
C. ( ) Rede Estratégica de Informações da Polícia Militar é a denominação dada à rede de informações que permite a interligação de computadores pertencentes às mais diversas organizações ao redor do mundo.
D. ( ) Correio eletrônico – sistema de mensagens utilizado na Intranet PM, que tem a função de possibilitar o envio e o recebimento de mensagens entre usuários, grupos ou sistemas computacionais;

11ª QUESTÃO – A Tecnologia da Informação é imprescindível para o funcionamento e desenvolvimento de qualquer Instituição nos dias atuais. A Polícia Militar em acompanhamento à globalização também utiliza equipamentos de informática e da infra-estrutura de Tecnologia da Informação. Sobre a Resolução 3854/02- CG que regulamenta o seu uso é CORRETO afirmar:

A. ( ) O usuário é inteiramente responsável pelo uso de sua conta de acesso, pela senha e por outros tipos de autorização que são de uso pessoal e intransferível, e não podem ser compartilhados com terceiros, salvo em situações especiais, devidamente documentadas e autorizadas pelo Comandante, Chefe, Diretor ou Corregedor, e dentro dos prazos pré-determinados.

B. ( ) São considerados usuários autorizados dos sistemas e recursos computacionais e de redes de informática os integrantes militares da PMMG, sendo que os servidores civis não têm autorização para acessar os sistemas.

C. ( ) O usuário não é responsável por ações indevidas que venham a ser efetuadas utilizando-se de seu usuário e senha de acesso.

D. ( ) Ao deixar de servir em determinada Unidade ou ao ser designado para assumir uma nova função, o usuário poderá fazer uso de benefícios, contas, senhas de acesso, direitos especiais ou informações atinentes à sua função anterior, haja vista que os privilégios especiais de acesso aos sistemas, em razão de função exercida, são incorporados permanentemente aos direitos dos usuários.

12ª QUESTÃO – Sobre o Decreto 44.557/07 é CORRETO afirmar:

A. ( ) À praça dispensada definitivamente pela Junta Central de Saúde - JCS de atividade incluída no conjunto de serviços de natureza policial ou bombeiro-militar, mesmo que mantenha capacidade laborativa residual, não poderá ser promovida.

B. ( ) As praças serão organizadas em turmas, por Quadros, fixando-se o ano-base a partir da promoção a Terceiro-Sargento, para efeito de cômputo do tempo e percentuais para promoção por merecimento e por antigüidade.

C. ( ) A promoção por antigüidade, até à graduação de Subtenente, é devida ao militar remanescente de sua turma no último ano de promoção e que satisfaça as condições legais.

D. ( ) A promoção à graduação de Subtenente ocorrerá apenas pelo critério de merecimento.

13ª QUESTÃO – Para a praça concorrer à promoção deve preencher requisitos previstos no Decreto 44.557/07. Marque a alternativa abaixo que constitui impedimento para a promoção da praça:

A. ( ) estiver em licença para tratar de interesse de saúde de familiar, com vencimentos.
B. ( ) estiver em caso de interdição judicial, salvo se estiver designado curador militar.
C. ( ) for submetida a processo administrativo de caráter demissionário ou exoneratório.
D. ( ) for cedida a entidade associativa de militares, salvo para promoção por merecimento.

14ª QUESTÃO – Poderá compor a Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar (CPAD):

A. ( ) 1º Sargento do QPE.
B. ( ) 1º Tenente QOA como presidente da Comissão.
C. ( ) 3º Sargento do QPPM mais moderno que o acusado.
D. ( ) Subtenente do QPPM.

15ª QUESTÃO – Sobre a Lei 14.310/02 é CORRETO afirmar:

A. ( ) A honra, o sentimento do dever militar e a correção de atitudes impõem conduta moral e profissional irrepreensíveis a todo integrante das IMEs, o qual deve preservar e praticar, mesmo fora do serviço ou quando já na reserva remunerada, os preceitos da ética militar.
B. ( ) No julgamento da transgressão, serão apuradas as causas que a justifiquem mas não serão consideradas quaisquer circunstâncias atenuantes ou agravantes.
C. ( ) Quando a transgressão disciplinar se tratar de falta ou abandono ao serviço ou expediente, o militar não perderá os vencimentos correspondentes aos dias em que se verificar a transgressão, haja vista que já irá sofrer os efeitos da sanção disciplinar.
D. ( ) A sanção disciplinar de suspensão consiste em uma interrupção temporária do exercício de cargo, encargo ou função, não podendo exceder a dez dias, sendo que o militar suspenso não perderá as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo, encargo ou função.

16ª QUESTÃO – As recompensas são prêmios concedidos aos militares em razão de atos meritórios, serviços relevantes e inexistência de sanções disciplinares. De acordo com a Lei 14.310/02 são recompensas militares:

A. ( ) nota meritória e folga programada.
B. ( ) cancelamento de punições e transferência por interesse próprio.
C. ( ) elogio e dispensa de serviço.
D. ( ) elogio e pagamento de diária.

17ª QUESTÃO - Trata-se de uma circunstância atenuante, especificada no CEDM, que deverá ser observada no julgamento de transgressão disciplinar:

A. ( ) evitar dano à ordem pública.
B. ( ) ter sido cometida a transgressão para evitar conseqüências mais danosas que a própria transgressão disciplinar.
C. ( ) motivo de força maior, devidamente comprovado.
D. ( ) estar classificado no Conceito "B", com pontuação positiva.

18ª QUESTÃO – De acordo com o Memorando Circular n.º 10.745 .2/02-CG que dispõe sobre ato discriminatório é CORRETO afirmar:

A. ( ) As restrições e limitações das liberdades procedidos pela Polícia Militar não constituem atos discriminatórios, haja vista que são decorrentes do exercício do poder de polícia, poder este incondicional e irrestrito.
B. ( ) O ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual é cabível quando está ocorrer em manifestação, em via pública, cerceando o direito de outras pessoas de ter mantida a ordem pública.
C. ( ) Os direitos constitucionais, traduzidos de forma a assegurar uma liberdade individual e igualdade social em todos os aspectos, devem ser restritos quando ressair fato que prejudique uns em detrimento de outros, mesmo que configure ato discriminatório.
D. ( ) A discriminação baseia-se no tratamento desigual ou preferencial de alguém, em prejuízo de terceiros, alcançados pela intolerância religiosa, étnica, social e sexual, exercida no plano individual ou coletivo, excluindo as pessoas do pleno exercício da cidadania.

19ª QUESTÃO – Os crimes militares são assim denominados em razão de critérios que levam em consideração:

A. ( ) Pessoa, local, tempo.
B. ( ) Tempo, local, modo.
C. ( ) Matéria, tempo, local.
D. ( ) Pessoa, local e matéria.

20ª QUESTÃO: Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um tipo de pena principal previsto no Código Penal Militar:

A. ( ) Impedimento.
B. ( ) Demissão.
C. ( ) Prisão.
D. ( ) Reclusão.

21ª QUESTÃO – São exemplos de crime contra o patrimônio, EXCETO:

A. ( ) Peculato-furto.
B. ( ) Furto simples.
C. ( ) Furto de uso.
D. ( ) Chantagem.

22ª QUESTÃO – Em relação ao termo "casa" previsto no CPM em seu artigo 226, parágrafo 4º, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao conceito de "casa":

A. ( ) qualquer compartimento habitado.
B. ( ) compartimento não aberto ao público onde alguém exerce a profissão de advogado.
C. ( ) aposento não ocupado de habitação coletiva.
D. ( ) compartimento não aberto ao público onde alguém exerce a atividade de artesão.

23ª QUESTÃO – O militar que estando de serviço vier a receber R$ 50,00 de condutor de veículo que se encontra sendo fiscalizado em um "blitz", e em conseqüência, deixa de proceder fiscalização da documentação do veículo, comete o crime de:

A. ( ) Corrupção ativa.
B. ( ) Corrupção passiva.
C. ( ) Desvio.
D. ( ) Peculato.

24ª QUESTÃO – A segurança do policial está relacionada diretamente ao seu preparo mental. O preparo mental consiste em visualizar e ensaiar mentalmente suas ações de modo a planejar suas respostas em razão da maneira de agir dos criminosos. Quanto melhor preparado mentalmente, melhor condição terá para passar a um nível mais alto de alerta e prontidão, de acordo com a evolução da ocorrência. Sobre os níveis de alerta podemos afirmar que:

A. ( ) estando em estado de alerta, atenção e alarme o policial militar utiliza uma quantidade de energia extraordinária que o conduz a um processo de desgaste. Este processo deve ser combatido através das técnicas de descontaminação emocional.
B. ( ) estado de alerta e estado de alarme podem ser mantidos indefinidamente conforme a necessidade em um momento de crise.
C. ( ) o estado de atenção pode ser mantido apenas por breve período de tempo.
D. ( ) o estado de pânico é representado pela cor vermelha.

25ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Pratica Policial Volume 1 o ideal é que toda ocorrência seja resolvida sem o uso da força, utilizando, principalmente, a verbalização. Porém nem sempre isso é possível, havendo casos em que se faz necessário a utilização, inclusive, da força letal. O uso da força letal constitui-se em medida extrema e somente é justificada para legítima defesa da vida. Sendo necessário o uso da força letal, quais os fatores que devem ser considerados antes de sua utilização:

A. ( ) perícia, análise e risco.
B. ( ) oportunidade, habilidade e risco.
C. ( ) técnica, oportunidade e razão
D. ( ) habilidade, análise e razão.

26ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial Volume 1, em :relação aos tipos de busca pessoal podemos afirmar que:

A. ( ) a busca minuciosa poderá ser realizada em suspeito de pé, ajoelhado e deitado.
B. ( ) a busca pessoal em mulheres deverá ser realizada exclusivamente por policial militar feminino.
C. ( ) a busca ligeira é normalmente utilizada em abordagens policiais de rotina, tal como: elemento em atitude suspeita em via pública.
D. ( ) na busca completa, tendo em vista os princípios dos direitos humanos em vigor, não se é mais permitida a verificação de partes intimas e cavidades do corpo, haja vista a possibilidade de constrangimento do suspeito.

27ª QUESTÃO – Conforme o Manual de Prática Policial Volume 1, o capítulo que trata sobre o uso de algemas faz alusão ao art. 234 Parágrafo 1º do Código de Processo Penal Militar, o qual dispõe: "*O emprego de algemas deve ser evitado, desde de que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso e de modo algum será permitido nos presos a que se refere o art. 242".* Gozam desta prerrogativa:

A. ( ) Presidente da câmara municipal, juiz e senador.
B. ( ) Vereador, oficial das forças armadas e promotor de justiça.
C. ( ) Padre, deputado federal e advogado.
D. ( ) Sargento da Polícia Militar, Governador e deputado estadual.

28ª QUESTÃO – O Manual de Pratica Policial volume 1 prevê que o uso progressivo da força é a seleção adequada de opções de força pelo policial, em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado. Diante desta premissa pode-se afirmar:

A. ( ) suspeito atua com agressão não letal – policial responde com controle de contato.
B. ( ) suspeito com resistência ativa – policial atua com táticas defensivas não letais.
C. ( ) suspeito com quadro de resistência passiva – policial atua com controle físico.
D. ( ) suspeito cooperativo - policial atua com verbalização.

29ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial – Volume 1, pensar taticamente é analisar a situação encontrada ou que irá encontrar, antecipando situações e problemas. O quarteto que governa o pensamento tático e que deve estar em sua mente é área de segurança, área de risco, ponto de foco e ponto quente. Assim sendo marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) área de segurança é a área na qual a polícia tem o domínio parcial da situação.
B. ( ) ponto de foco é o lugar onde há ameaça real e iminente contra o policial.
C. ( ) área de risco é área na qual a polícia não detém o domínio da situação.
D. ( ) ponto quente é a localização exata dentro da área de risco de onde pode surgir ameaça.

30ª QUESTÃO – Conforme regulado pela Lei nr 5301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, a antiguidade de cada posto ou graduação será regulada pelos seguintes aspectos:

A. ( ) Data da promoção ou nomeação, prevalência dos graus hierárquicos anteriores, data de praça, data de nascimento.
B. ( ) Data da promoção ou nomeação, avaliação individual de desempenho, data de praça.
C. ( ) Data da promoção ou nomeação, data de praça, avaliação de desempenho, nota do curso de formação.
D. ( ) Data da promoção ou nomeação, data de praça, data de nascimento, avaliação de desempenho, nota do curso de formação.

31ª - QUESTÃO - Acerca da Função Policial-Militar e dos Deveres, Responsabilidades, Direitos e Prerrogativas dos militares, nas assertivas abaixo faça a consignação de "V" para as verdadeiras ou "F" para as falsas, e após assinale a resposta CORRETA:

I. ( ) Função policial-militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado.
II. ( ) A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, o policial-militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostos pelas leis e regulamentos.
III. ( ) O militar da ativa que aceitar cargo público civil temporário, não eletivo, assim como em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, ficará agregado ao respectivo quadro, e, enquanto permanecer nessa situação, somente poderá ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para promoção, transferência para a reserva ou reforma.
IV. ( ) Os militares da ativa e os inativos, estes quando convocados ou designados para o serviço ativo, não podem, no interesse da dignidade profissional, ser chamados a prestar contas sobre a origem e natureza dos seus bens móveis, imóveis e semoventes.

A. ( ) V,V,V,V.
B. ( ) V,V,V,F.
C. ( ) V,V,F,V.
D. ( ) V,F,V,F.

32ª QUESTÃO – Das alternativas abaixo, marque a CORRETA.
O direito do militar aos vencimentos da ativa, de acordo com o previsto na Lei n. 5.301 (Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais), cessa na data:

A. ( ) da sentença condenatória transitada em julgado.
B. ( ) da deserção.
C. ( ) em que o militar for declarado incapaz definitivamente para o serviço.
D. ( ) em que a licença continuada do militar para tratamento de pessoa de sua família ultrapassar seis meses de duração.

33ª - QUESTÃO. Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos Deveres, Responsabilidades, Direitos e Prerrogativas dos militares**:**

A. ( ) Aos militares da ativa é vedado fazer parte de firmas comerciais, de empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerado.
B. ( ) No intuito de desenvolver a prática profissional e elevar o nível cultural dos elementos da Corporação, é permitido, no meio civil, aos militares titulados, o exercício do magistério ou de atividades técnico-profissionais, atendidas as restrições previstas em lei própria.
C. ( ) A autoridade policial que maltratar ou consentir que seja maltratado preso militar, ou não lhe dispensar o tratamento devido ao seu posto ou graduação, será responsabilizada, por iniciativa da autoridade competente.
D. ( ) O militar em trajes civis não tem as prerrogativas e as obrigações correspondentes ao seu posto ou graduação.

34ª QUESTÃO - De acordo as normas estatutárias da Instituição é CORRETO afirmar que:

A. ( ) o uso do uniforme, fora do País, só é permitido aos militares que estiverem em missão oficial.
B. ( ) é vedado o ingresso na PMMG de candidato que apresentar tatuagem visível, de qualquer tamanho ou natureza.
C. ( ) a antiguidade dentro de cada posto ou graduação é regulada, primeiramente, pela prevalência dos graus hierárquicos anteriores.
D. ( ) o militar será considerado estável, inclusive para fins disciplinares, somente após transcorrido cinco anos de efetivo serviço no cargo.

35ª QUESTÃO - Acerca da Hierarquia e da Precedência Militar, Conforme previsão do EMEMG, é INCORRETO afirmar que**:**

A. ( ) Hierarquia militar é a ordem e a subordinação dos diversos postos e graduações que constituem carreira militar.
B. ( ) Posto é o grau hierárquico dos oficiais, conferido por ato do Chefe do Governo do Estado.
C. ( ) Graduação é o grau hierárquico das praças, conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar.
D. ( ) Posto e graduação são conceitos trazidos pelo EMEMG e possuem o mesmo significado.

36ª - QUESTÃO. Conforme o CPPM, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das competências da Policia Judiciária Militar:

A. ( ) Apurar crimes militares.
B. ( ) Cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.
C. ( ) Representar às autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado.
D. ( ) Apurar crimes de tráfico de drogas.

37ª QUESTÃO. De Acordo com o CPPM, NÃO poderá ser escrivão de IPM:

A. ( ) Capitão PM.
B. ( ) Cabo PM que esteja no exercício da função de Sargento PM.
C. ( ) Subtenente PM.
D. ( ) 1º Sargento PM.

38ª QUESTÃO – O prazo para terminação do IPM, estando o indiciado preso e estando o indiciado solto deverá ser respectivamente de:

A. ( ) 20 e 20 dias.
B. ( ) 30 e 40 dias.
C. ( ) 20 e 40 dias.
D. ( ) 30 e 60 dias.

39ª QUESTÃO – De acordo com o CPPM, em relação ao IPM é CORRETO afirmar que:

A. ( ) O IPM será encerrado com minuncioso relatório.
B. ( ) As peças do IPM serão juntadas aos autos do processado na ordem que o encarregado entender cabível:
C. ( ) O pedido de prorrogação pode ser feito após exaurido o prazo para conclusão do IPM.
D. ( ) Mediante despacho fundamentado a autoridade de polícia judiciária militar poderá mandar arquivar os autos de IPM.

40ª QUESTÃO – Em relação à ação penal e seu exercício, conforme previsto no Código de Processo Penal Militar, pode-se afirmar que:

A. ( ) A ação penal pode ser privada;
B. ( ) A denúncia pode ser apresentada ainda que não haja prova do fato que, em tese, constitua crime e indícios de autoria;
C. ( ) O militar, no exercício de seu direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público.
D. ( ) Apresentada a denúncia o Ministério Público poderá desistir da ação penal